MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
232
DIVISÃO
DE ATOS
INTERNACIONAIS
5322

**AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PARAGUAI PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "APOIO AO FORTALECIMENTO DO GOVERNO ELETRÔNICO NO PARAGUAI"**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Paraguai
(doravante denominados "Partes"),

Reconhecendo que suas relações de cooperação têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Assunção, em 27 de outubro de 1987;

Tendo em vista que a cooperação técnica nos âmbitos do governo eletrônico e da tecnologia da informação é de especial interesse para ambas as partes sobre a base do beneficio mútuo, e que a formação de técnicos e funcionários de governo nos setores contribui para uma melhor formulação de políticas públicas;

Expressando interesse em impulsionar a Cooperação Sul-Sul e em levar adiante os resultados alcançados no âmbito do II Congresso Internacional "Software" Livre e Governo Eletrônico (Brasília, 26 a 28 de agosto de 2009) no marco do fortalecimento da autonomia tecnológica dos países em desenvolvimento.

Tendo em conta o papel estratégico que pode desempenhar o "software" de código livre e aberto na construção de uma sociedade da informação centrada na pessoa, inclusiva e orientada para o desenvolvimento conforme consagrado na Agenda de Túnis da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação.

Acordam o seguinte:

**Artigo I**

1. O presente Ajuste Complementar tem como objetivo a implementação do projeto "Apoio ao Fortalecimento do Governo Eletrônico no Paraguai', doravante denominado "projeto", cuja finalidade é capacitar técnicos do Governo do Paraguai no uso e desenvolvimento de "software" de código livre e aberto para a promoção do governo eletrônico no Paraguai.

2. O Projeto abrangerá os objetivos, as atividades e os resultados que se pretendem lograr no marco do presente Ajuste Complementar.

3. O Projeto será aprovado e assinado pelas instituições coordenadoras e executoras.

**Artigo II**

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar;

b) o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) e a Companhia de Informática do Paraná (CELEPAR) como instituições responsáveis pela execução das atividades resultantes do presente Ajuste Complementar.

2. O Governo da República do Paraguai designa:

a) a Direção de Cooperação Internacional do Ministério de Relações Exteriores como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Gabinete Civil da Presidência da República e o Ministério do Interior como instituições responsáveis pela execução das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

**Artigo III**

1. Cabe ao Governo da República Federativa do Brasil:

a) designar e enviar técnicos para desenvolver no Paraguai as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto;

2. Cabe ao Governo da República do Paraguai:

a) designar técnicos paraguaios para participar nas atividades do Projeto;

b) fornecer as instalações e a infraestrutura necessárias para a execução das atividades de capacitação de técnicos do Governo do Paraguai no uso e desenvolvimento de "software" de código livre e aberto;

c) prestar apoio operacional e logístico aos técnicos enviados pelo governo brasileiro; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

3. O presente Ajuste Complementar não implica nenhum compromisso para transferir recursos financeiros ou qualquer outra atividade que grave o patrimônio nacional de ambas as Partes.

**Artigo IV**

Na execução das atividades previstas no Projeto, as Partes poderão dispor de recursos de instituições públicas e privadas, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais, que deverão estar estabelecidos em outros instrumentos jurídicos, como e quando esses instrumentos permitirem.

**Artigo V**

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República do Paraguai.

**Artigo VI**

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II prepararão relatórios sobre os resultados alcançados no Projeto, os quais serão apresentados às instituições coordenadoras.

2. Os documentos decorrentes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto serão da propriedade conjunta das Partes. No caso de publicação dos referidos documentos, as Partes deverão ser expressamente consultadas, notificadas e mencionadas no corpo do documento objeto da publicação.

**Artigo VII**

O presente Ajuste Complementar entrará en vigor na data de sua assinatura e terá vigência de dois (2) anos, renovável automaticamente, até o cumprimento de seu objetivo, salvo se uma das Partes manifestar o contrário.

**Artigo VIII**

Toda controvérsia relativa à interpretação do presente Ajuste Complementar que surja em sua aplicação será resolvida pelas partes por meio dos canais diplomáticos.

**Artigo IX**

Qualquer uma das Partes poderá notificar, a qualquer momento, por via diplomática, sua decisão de denunciar o presente Ajuste Complementar, sendo as Partes responsáveis por decidir sobre a continuidade ou não das atividades que se encontram en execução. A denúncia só terá efeito 3 (três) meses após a recepção da referida notificação.

**Artigo X**

O presente Ajuste Complementar poderá ser modificado mediante troca de Notas diplomáticas entre as Partes e as modificações entrarão em vigor na data que seja mutuamente acordada.

**Artigo XI**

Para as questões não previstas neste Ajuste Complementar, aplicar-se-ão adicionalmente as disposições do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República do Paraguai e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em Assunção, em 27 de outubro de 1987.

Feito em Ponta Porã, em 3 de maio de 2010, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**Antonio de Aguiar Patriota**
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DO PARAGUAI

**Héctor Lacognata**
Ministro das Relações Exteriores

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
232
DIVISÃO
DE ATOS
INTERNACIONAIS
5322

# ACUERDO COMPLEMENTARIO AL ACUERDO DE COOPERACIÓN TÉCNICA ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY PARA LA IMPLEMENTACIÓN DEL PROYECTO "APOYO AL FORTALECIMIENTO DEL GOBIERNO ELECTRÓNICO EN PARAGUAY"

El Gobierno de la República Federativa del Brasil

y

El Gobierno de la República del Paraguay
(en adelante denominados "Partes");

Reconociendo que sus relaciones de cooperación han sido fortalecidas al amparo del Acuerdo de Cooperación Técnica entre el Gobierno de la República del Paraguay y el Gobierno de la República Federativa del Brasil, firmado en Asunción, el 27 de octubre de 1987;

Teniendo en cuenta que la cooperación técnica en los ámbitos del Gobierno Electrónico y de la Tecnología de la Información es de especial interés para ambas Partes sobre la base del beneficio mutuo, y que la formación de técnicos y funcionarios del Gobierno en dichos sectores, contribuye a una mejor formulación de políticas públicas;

Expresando el interés en impulsar la Cooperación Sur-Sur y en llevar adelante los resultados alcanzados en el ámbito del II Congreso Internacional "Software" Libre y Gobierno Electrónico, realizado en Brasilia, del 26 al 28 de agosto de 2009, en el marco del fortalecimiento de la autonomía tecnológica de los países en desarrollo;

Teniendo en cuenta el rol estratégico que puede desempeñar el "software" de código libre y abierto en la construcción de una sociedad de la información centrada en la persona, inclusiva y orientada hacia el desarrollo, conforme lo consagrado en la Agenda de Túnez de la Cumbre Mundial sobre la Sociedad de la Información;

Acuerdan lo siguiente:

## Artículo I

1. El presente Acuerdo Complementario tiene como objetivo la implementación del Proyecto "Apoyo al Fortalecimiento del Gobierno Electrónico en Paraguay', en adelante denominado "Proyecto", cuya finalidad es capacitar a técnicos del Gobierno del Paraguay en el uso y desarrollo del "software" de código libre y abierto para la promoción del Gobierno Electrónico en el Paraguay.

2. El Proyecto comprenderá los objetivos, las actividades y los resultados que se pretenden lograr en el marco del presente Acuerdo Complementario.

3. EI Proyecto será aprobado y firmado por las Instituciones coordinadoras y ejecutoras.

**Artículo II**

1. El Gobierno de la República Federativa del Brasil designa:

a) a la Agencia Brasileña de Cooperación del Ministerio de Relaciones Exteriores (ABC/MRE) como Institución responsable de la coordinación, seguimiento y evaluación de las actividades resultantes del presente Acuerdo Complementario;

b) al "Serviço Federal de Processamento de Dados" (SERPRO) y a la "Companhia de Informática do Paraná" (CELEPAR) como Instituciones responsables de la ejecución de las actividades resultantes del presente Acuerdo Complementario.

2. El Gobierno de la República del Paraguay designa:

a) a la Dirección de Cooperación Internacional del Ministerio de Relaciones Exteriores como Institución responsable de la coordinación, seguimiento y evaluación de las actividades resultantes del presente Acuerdo Complementario; y

b) al Gabinete Civil de la Presidencia de la República y al Ministerio del Interior como Instituciones responsables de la ejecución de las actividades resultantes del presente Acuerdo Complementario.

**Artículo III**

1. Corresponde al Gobierno de la República Federativa del Brasil:

a) Designar y enviar técnicos para desarrollar en el Paraguay las actividades de cooperación técnica previstas en el Proyecto;

b) Hacer el seguimiento y evaluación del desarrollo del Proyecto.

2. Corresponde al Gobierno de la República del Paraguay:

a) Designar técnicos paraguayos para participar en las actividades del Proyecto;

b) Proveer las instalaciones e infraestructura necesarias para la ejecución de las actividades de capacitación de técnicos del Gobierno del Paraguay en el uso y desarrollo del "software" de código libre y abierto;

c) Prestar apoyo operacional y logístico a los técnicos enviados por el Gobierno del Brasil; y,

d) Hacer el seguimiento y evaluación del desarrollo del Proyecto.

3. El presente Acuerdo Complementario no implica ningún compromiso para transferir recursos financieros o cualquier otra actividad que grave el patrimonio nacional de ambas Partes.

**Artículo IV**

En la ejecución de las actividades previstas en el Proyecto, las Partes podrán disponer de recursos de Instituciones públicas y privadas, de organismos internacionales, de agencias de cooperación técnica, de fondos y de programas regionales e internacionales, que deberán estar establecidos en otros instrumentos jurídicos, cuando esos instrumentos permitan.

**Artículo V**

Todas las actividades mencionadas en este Acuerdo Complementario estarán sujetas a las leyes y a los reglamentos vigentes en la República Federativa del Brasil y en la República del Paraguay.

**Artículo VI**

1. Las Instituciones ejecutoras mencionadas en el Artículo II elaborarán informes sobre los resultados alcanzados en el Proyecto, los que serán presentados a las Instituciones coordinadoras.

2. Los documentos resultantes de las actividades desarrolladas en el contexto del Proyecto serán de propiedad conjunta de las Partes. En caso de publicación de los referidos documentos, las Partes deberán ser expresamente consultadas, notificadas y mencionadas en el cuerpo del documento objeto de la publicación.

**Artículo VII**

El presente Acuerdo Complementario entrará en vigor en la fecha de su firma y tendrá vigencia durante dos (2) años, renovables automáticamente, hasta el cumplimiento de su objetivo, excepto si una de las Partes se manifestara en contrario.

**Artículo VIII**

Toda controversia relativa a la interpretación o ejecución del presente Acuerdo Complementario que se plantee en su aplicación será resuelta por las Partes por medio de los canales diplomáticos.

**Artículo IX**

Cualquiera de las Partes podrá notificar, en cualquier momento, por vía diplomática, su decisión de denunciar el presente Acuerdo Complementario, siendo las Partes responsables de decidir sobre la continuidad o no de las actividades que se encuentren en ejecución. La denuncia solamente tendrá efecto tres (3) meses después de la recepción de la respectiva notificación.

**Artículo X**

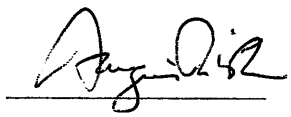
El presente Acuerdo Complementario podrá ser modificado mediante intercambio de notas diplomáticas entre las Partes y las modificaciones entrarán en vigencia en la fecha que sea mutuamente acordada.

**Artículo XI**

Para las cuestiones no previstas en este Acuerdo Complementario, se aplicarán supletoriamente las disposiciones del Acuerdo de Cooperación Técnica entre el Gobierno de la República de Paraguay y el Gobierno de la República Federativa del Brasil, firmado en Asunción, el 27 de octubre de 1987.

Hecho en Ponta Porã, el 3 de mayo de 2010, en dos ejemplares originales, en portugués y en español, siendo ambos textos igualmente auntentícos.

POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL



POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY

